

Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil

Helena Wendel Abramo

Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo
Ação Educativa

Tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da “opinião pública” (notadamente os meios de comunicação de massa) como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não governamentais, que prestam serviços sociais.

Entre os meios de comunicação de massa, da televisão à grande imprensa, passando pelas rádios, revistas etc, assistimos a uma avalanche de produtos especialmente dirigidos ao público adolescente e juvenil (os cadernos *teen* nos grandes jornais, programas de auditório na televisão, programas só de *rock* ou de *rap* nas rádios e canais de televisão, revistas de comportamento, moda e aconselhamento etc.), mas também ao crescimento de noticiário a respeito de jovens. De forma geral, e a grosso modo, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização dos jovens nos meios de comunicação. No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados

aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas.

Na academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão, principalmente através de dissertações de mestrado e teses de doutorado — no entanto, a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação “anormal” ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações “problemáticas” para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações. Só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação.

Com relação às políticas públicas, é necessá-

rio notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado das crianças, para além da educação formal¹. Na Europa e Estados Unidos a formulação de políticas para jovens e a designação de instituições governamentais responsáveis por sua implementação têm se desenvolvido ao longo do século; nos países de língua espanhola da América Latina, esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, principalmente estimulado por organismos como a CEPAL, ONU e o governo da Espanha, gerando algumas iniciativas de cooperação regional e Ibero-americana, com intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas. O Brasil, no entanto, passou ao largo desse movimento.

Somente recente e lentamente pode-se observar, no Brasil, a preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais com os jovens: algumas prefeituras e governos estaduais têm ensaiado a formulação de políticas específicas para esse segmento da população, envolvendo programas de formação profissional e de oferecimento de serviços especiais de saúde, cultura e lazer; nota-se também uma movimentação no plano federal para focar a questão: foi criada, pela primeira vez, no Brasil, uma Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação, e há dois programas do Comunidade Solidária destinados a jovens: o Universidade Solidária e um concurso de estímulo e financiamento a programas de capacitação profissional de jovens.

Há mais tempo e em número bem maior que as ações governamentais, tem crescido projetos e programas destinados a jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (ongs, associa-

ções beneficentes, instituições de assistência etc.). A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” (adolescentes carentes é o termo mais usado, visando adolescentes de família com baixa renda ou de “comunidades pobres”) ou de “risco”, termo muito empregado para designar adolescentes que vivem fora das unidades familiares (os “meninos de rua”), adolescentes submetidos à exploração sexual, ou aqueles envolvidos com o consumo ou o tráfico de drogas, em atos de delinquência etc.

Numa primeira visão panorâmica, pode-se verificar que a maior parte dos programas desenvolvidos por estas instituições dividem-se em dois grandes blocos, todos eles visando dirimir ou pelo menos diminuir as dificuldades de integração social desses adolescentes em desvantagem: programas de ressocialização (através de educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e “arte”) e programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho (que, muitas vezes, não passam de oficinas ocupacionais, ou seja, não logram promover qualquer tipo de qualificação para o trabalho). É necessário notar, porém, que em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pela seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas”. Há alguns projetos preocupados com a questão da formação integral do adolescente, na qual se inclui a sua formação para a “cidadania”, enfoque que vem ganhando corpo mais recentemente. A grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

Toda essa atividade, gerada por uma sensação

¹ Quando falamos de juventude, neste artigo, estamos nos referindo ao momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita.

de urgência frente a situações de desamparo e desregramento, tem permanecido, na maior parte dos casos, num registro muito imediatista e desarticulado. Além disso, com pouca capacidade de gerar uma compreensão mais ampla e aprofundada, por parte desses agentes sociais, a respeito do público alvo, de suas características, suas questões e modos de experimentar e interpretar essas situações “proble-máticas”. Por exemplo, em contraste com a elaboração de informação, conceituação, pedagogias e metodologias específicas para lidar com a infância, que se começa a produzir no Brasil, em conseqüência de toda a movimentação em torno da defesa das crianças, quase não se encontram subsídios mínimos para um tratamento singularizados dos adolescentes, muito menos dos jovens. É quase como se, apesar de terem crescido o número de ações e programas destinados a adolescentes e jovens, eles continuem apenas desfocadamente visíveis, obscurecidos por uma sensação de que esta falta de instrumentos e “jeito” se deve ao fato de que a “adolescência é mesmo uma fase difícil” de se lidar. É necessário assinalar que há exceções, por exemplo, aqueles projetos que se baseiam na idéia de *protagonismo juvenil* (ou seja, que buscam desenvolver atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradores e partícipes nos processos educativos que com eles se desenvolvem)²; mas a grande maioria dos projetos se limita ao enquadramento anterior.

Num outro plano, tem sido constante, embora não possamos dizer consistente, a preocupação de diferentes atores políticos com a juventude (partidos políticos, sindicatos e centrais sindicais, alguns movimentos sociais). No entanto, trata-se mais de uma preocupação com a ausência dos jovens nos espaços e canais de participação política do que com questões políticas relativas a eles. Essa ausência diz respeito tanto à inexistência ou fraqueza de atores

juvenis nas esferas políticas (ao contrário do que outrora foram as entidades estudantis e as juventudes partidárias), como à baixa adesão de jovens aos organismos e movimentos políticos. A maior parte dos atores políticos queixa-se da distância que os jovens têm demonstrado para com as suas posições, bandeiras e formas de atuação, o que reflete, em primeiro plano, uma preocupação com a renovação de quadros no interior dessas organizações, mais do que em tratar e incorporar temas levantados pelos próprios jovens. Essa preocupação vem acompanhada de um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, como resultado da acentuação do individualismo e do pragmatismo que se afirmam como tendências sociais crescentes, tornando-os “pré-políticos” ou quase que inevitavelmente “a-políticos”.

É curioso notar que, apesar da juventude estudantil ter tido, durante todo o período dito “de modernização” do país (dos anos 30 aos 70), destacada presença em prol dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras, houve sempre certa ressalva com relação à eficácia de suas ações: para os setores conservadores, a suspeita de baderna e de radicalismo transgressor; para alguns setores da esquerda, a suspeita de alienação ou de radicalidade pequeno-burguesa inconseqüente. No entanto, a partir dos anos 80, o enfraquecimento desses atores estudantis levou a fazer notar, e lamentar, o desaparecimento da juventude da cena política, erigindo aquelas formas de atuação antes suspeitas a modelos ideais de atuação, frente aos quais todas as outras manifestações juvenis aparecem como desqualificadas para a política. Mesmo sua participação nas movimentações de rua pelo *impeachment* de Collor, em 1992, foram largamente desqualificadas por serem “espontaneístas”, “espetaculares”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização.

Por outro lado, os grupos juvenis que atuam na esfera do comportamento e da cultura não têm sido considerados como possíveis interlocutores pelos atores políticos, salvo raras exceções (entre elas

² A maior parte dos programas que lidam com essa perspectiva têm se desenvolvido nas áreas da saúde (principalmente sexualidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis) e da cultura.

assume destaque o movimento negro), seja por se apresentarem como muito difusos e com baixo grau de formalização, seja por levantarem questões não consideradas pertinentes para as agendas políticas em pauta. Os partidos, principalmente os de esquerda, colam-se então, exclusivamente e de um modo sufocante, às entidades estudantis, mas sem conseguir apostar, ao mesmo tempo, em sua capacidade de representação e mobilização.

Pode-se dizer que a preocupação dos atores políticos, então, não sai desse plano da preocupação, não resultando na tentativa de realizar um entendimento mais aprofundado deste setor, nem na formulação de ações a eles dirigidas. Resta, assim, de um modo amplo e difundido, a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação da democracia.

* * *

Uma análise mais detalhada dessas recentes interpretações e ações destinadas aos jovens ainda está para ser feita³. Contudo, uma questão, desde já, pode ser levantada: parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano da sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros atores, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los.

Isso pode ser percebido pela discussão que se faz atualmente a respeito da questão da “cidadania”, tal como este termo tem assumido papel de destaque na conjuntura brasileira: relativamente à questão dos direitos e da participação de diferentes sujeitos sociais. No entanto, toda vez que se relaciona a questão da juventude à da cidadania, seja pelos atores políticos seja pelas instituições que formulam ações para jovens, são os “problemas” (as privações, os desvios) que são enfocados; todo debate, seminário ou publicação relacionando esses dois termos (juventude e cidadania) traz os temas da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce, da violência. As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo por que, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos. Nesse sentido, o foco central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica dos adultos), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência. Ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca — ou quase nunca — como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos.

Essa dificuldade está ligada a fatores específicos relativos à formulação de direitos sociais na sociedade brasileira (por exemplo, como a idéia de dádiva e favor sobrepuja a de direito)⁴ e ao modo como as diferenças sociais (sejam étnicas, culturais, de gênero ou geracionais) têm conseguido se transformar em alteridades políticas⁵, assim como ao modo como se processam a constituição de espaços de conflito e negociação política na sociedade brasileira. Mas, paralelamente a essa dimensão, tal dificuldade está ligada, de uma maneira mais geral, ao modo como a juventude tem sido tematizada na

Essa dificuldade está ligada a fatores específicos relativos à formulação de direitos sociais na sociedade brasileira (por exemplo, como a idéia de dádiva e favor sobrepuja a de direito)⁴ e ao modo como as diferenças sociais (sejam étnicas, culturais, de gênero ou geracionais) têm conseguido se transformar em alteridades políticas⁵, assim como ao modo como se processam a constituição de espaços de conflito e negociação política na sociedade brasileira. Mas, paralelamente a essa dimensão, tal dificuldade está ligada, de uma maneira mais geral, ao modo como a juventude tem sido tematizada na

³ Isto faz parte do projeto que busco desenvolver como tese de doutorado, no Depto. de Sociologia da FFLCH da USP.

⁴ Sales, 1994.

⁵ Telles, 1996.

sociedade ocidental contemporânea. É essa a questão que me interessa desenvolver neste artigo, de um modo ainda apenas sugestivo e sob a forma de anotação de idéias: a tematização da juventude pelo “senso comum”, apoiada em representações construídas pelo pensamento acadêmico, retrabalhadas e difundidas pelos meios de comunicação, por atores políticos, agentes culturais e trabalhadores sociais.

* * *

De um modo geral, pode-se dizer que a “juventude” tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura.

A tematização da juventude pela ótica do “problema social” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social — por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social —, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural.

A concepção de juventude corrente na sociologia, e genericamente difundida como noção social, é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da socieda-

de, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nesse momento que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo conseqüências para ele próprio e para a manutenção da coesão social.

É nesse sentido que a ênfase da sociologia funcionalista e quase que de toda sociologia preocupada com o tema da juventude recai sobre o processo de socialização vivido pelos jovens e sobre as possíveis disfunções nele encontradas. Como a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

Não é por acaso que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo — do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela. É nesse sentido também que na maior parte das vezes a problematização social da juventude é acompanhada do desencadeamento de uma espécie de “pânico moral” que condensa os medos e angústias relativos ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais.⁶

* * *

⁶ Essa idéia de “pânico moral” foi desenvolvida por A. Cohen e retomada por Hall & Jefferson, 1978 e por Besant, 1993/94.

De um modo ligeiro e quase caricatural, podemos retomar o modo como a juventude veio sendo tematizada durante a segunda metade desse século para verificar como acabou sendo sempre depositária de um certo medo⁷, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca, de diálogo, de intercâmbio.

Nos anos 50, o problema social da juventude era a predisposição generalizada para a transgressão e a delinquência, quase que inerente à condição juvenil, corporificadas na figura dos “rebeldes sem causa”. De certa forma, é nesse momento que assume uma dimensão social a noção que vinha sendo cunhada desde o fim do século passado a respeito da adolescência como uma fase da vida turbulenta e difícil, inerentemente perturbadora; como um momento em si patológico, demandando cuidados e atenção concentrados de adultos para “pastorear” os jovens para um lugar seguro, para uma integração normal e sadia à sociedade.

Nos anos 50, quando os atos de “delinquência juvenil” extravasam os limites dos setores “socialmente anômalos” (os marginalizados, os imigrantes nas grandes metrópoles, as “classes perigosas” — como foram objeto de atenção na passagem do século por criminologistas como Pestalozzi⁸) e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média, a juventude aparece ela mesma como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária. O problema passa a ser o fato de que jovens que teriam “condições objetivas” de ajuste ao mundo adulto manifestam dificuldades nesse sentido, gerando angústias quanto ao próprio modelo de integração existente na sociedade. A interpretação baseada na explicação da “fase inerentemente difícil” leva a localizar o problema na adolescência enquanto tal, e

na formação de culturas juvenis como antagônicas à sociedade adulta, resultando no conhecido processo de “demonização” do rock’n’roll, por ex., e na busca de soluções através da prescrição de uma série de medidas educativas e de controle para assegurar a contenção dessa delinquência. Mais tarde, esse pânico cede lugar a um entendimento da “normalidade” do desconforto e agitação adolescentes, da circunscrição do significado das culturas juvenis como espaços de socialização diferenciados e da funcionalidade desse comportamento momentaneamente desviante como parte do processo de integração à sociedade adulta. Em algumas interpretações, até como fonte de inovação e revigoramento sociais⁹. O consolo se produz a partir da conclusão de que a maior parte dos jovens, se bem conduzidos, acaba, depois de alguns percalços, integrando-se de forma sadia e normal à sociedade; o problema volta a ficar circunscrito, assim, à delimitação dos grupos ou setores juvenis estruturalmente anômalos, para os quais se destinam medidas específicas de controle e “ressocialização”.

Nos anos 60 e parte dos anos 70, o problema apareceu como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica à ordem estabelecida e pelo desencadear de atos concretos em busca de transformação — movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação, movimentos pacifistas, as proposições da contracultura, o movimento *hippie*.

A juventude apareceu então como a categoria portadora da possibilidade de transformação profunda: e para a maior parte da sociedade, portanto, condensava o pânico da revolução. O medo aqui era duplo: por um lado, o da reversão do “sistema”;

⁷ A esse respeito, ver Bessant, 1993/94.

⁸ Flitner, 1968.

⁹ A sociologia funcionalista norte-americana produziu intensamente estudos e debates a respeito das ações coletivas da juventude, num arco amplo de interpretações, tanto no enfoque da anomia como no da inovação e ajuste. Ver, entre outros, Parsons, 1942; Eisenstadt, 1976.

por outro, o medo de que, não conseguindo mudar o sistema, os jovens condenavam a si próprios a jamais conseguirem se integrar ao funcionamento normal da sociedade, por sua própria recusa (os jovens que entraram na clandestinidade, por um lado; por outro lado, os jovens que se recusaram a assumir um emprego formal, que foram viver em comunidades à parte, com formas familiares e de sobrevivência alternativas etc) — não mais como uma fase passageira de dificuldades, mas como uma recusa permanente de se adaptar, de se “enquadrar”.

No Brasil, é particularmente neste momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, exatamente pelo engajamento de jovens de classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário, através de mobilizações de entidades estudantis e do engajamento nos partidos de esquerda; mas também pelos movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento — sexuais, morais, na relação com a propriedade e o consumo. Vale a pena lembrar que tal medo gerou, aqui, respostas violentas de defesa dessa ordem: os jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos, tanto pelo comportamento (o uso de drogas, o modo de se vestir etc) como por suas idéias e ações políticas.

Por outro lado, para alguns setores descontentes com o sistema (como para pessoas de esquerda e promotores da “contra-cultura”), esses movimentos juvenis condensaram o oposto, a esperança de transformação¹⁰. No entanto, mesmo para esse setores, os jovens apareciam mais como uma fonte de energia utópica do que propriamente alguém capaz de levar a cabo efetivamente tal transformação; e muitos setores políticos de oposição à ordem (como os partidos comunistas e organizações sindicais tradicionais) interpretavam tais manifestações juvenis como ações pequeno-burguesas inconseqüentes quando não ameaçadoras de um processo mais sério e eficaz de negociações para transformações graduais;

nesse caso, o medo era o de que as ações juvenis atrapalhassem a possibilidade efetiva de transformação.

Foi somente depois, quando tais movimentos juvenis já haviam entrado num refluxo, que a imagem dessa juventude dos anos 60 foi reelaborada e assimilada de uma forma positiva, generalizando a ótica da minoria que neles depositava diferentes tipos de esperança: a imagem dos jovens dos anos 60 plasmou-se como a de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social. Essa reelaboração positiva acabou, desse modo, por fixar assim um modelo ideal de juventude: transformando a rebeldia, o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária.¹¹

É em contraste com essa imagem que a juventude dos anos 80 vai aparecer como patológica porque oposta à da geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática. Uma geração que recusasse a assumir o papel de inovação cultural que agora, depois da reelaboração feita sobre os anos 60, passava a ser atributo da juventude como categoria social. O problema relativo à juventude passa então a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e de compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema. Tematizada por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude aparece aqui como depositária de um certo medo relativo ao “fim da História”, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança.

Nos anos 90 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80: já não são mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas. No entanto, a maior

¹⁰ Ver, entre outros autores, Roszak, 1972; Marcuse, 1970; Foracchi, 1972; Ianni, 1968.

¹¹ Ver Abramo, 1994.

parte dessas ações continua sendo relacionada aos traços do individualismo, da fragmentação e agora mais do que nunca, à violência, ao desregramento e desvio (os meninos de rua, os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, as galeras, os atos de puro vandalismo). De certa forma há uma retomada de elementos característicos dos anos 50, na concentração da atenção nos problemas de comportamento que levam a situações de desvio no processo de integração social dos adolescentes (drogas, violência, envolvimento com a criminalidade e comportamentos anti-sociais). Fruto de uma situação anômala, da falência das instituições de socialização, da profunda cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura que estimula o hedonismo e leva a um extremo individualismo, os jovens aparecem como vítimas e promotores de uma “dissolução do social”. O pânico, aqui, se estrutura em torno da própria possibilidade de uma coesão social qualquer.

Como vítimas ou como promotores da cisão e da dissolução social, os jovens se tornam depositários desse medo, dessa angústia, o que os faz aparecer, mesmo para aqueles que os defendem, e que desejam uma transformação social, como a encarnação das impossibilidades de construção de parâmetros éticos, de parâmetros de equidade, de superação das injustiças, de formulação de ideais, de diálogo democrático, de reavaliação das instituições políticas, de construção de projetos que transcendam o mero pragmatismo, de transformação utópica. Ou seja, como encarnação de todos os dilemas e dificuldades com que a sociedade ela mesma tem se enfrentado. E nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que a juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação.

* * *

Uma indicação desse modo de tematizar os jovens, particularmente no Brasil, no plano do ima-

ginário, tal como ela aparece referida em produtos culturais, pode ser percebida a partir da observação de dois filmes brasileiros recentes: *O que é isso companheiro* e *Como nascem os anjos*¹².

À primeira vista esses dois filmes nada têm em comum, tratando de fatos, épocas e questões muito diferentes, a não ser o fato de que os protagonistas da ação, em ambos, são personagens juvenis. Sem nenhuma intenção de fazer considerações de ordem estética, ou a respeito da propriedade das abordagens dos fatos tratados pelos filmes (ou mesmo de entrar na polêmica relativa à “correção” histórica e política que se produziu em torno do filme “O que é isso companheiro”), o interesse, aqui, é o de levantar elementos para pensar no modo como os personagens juvenis são enfocados nos dois filmes, para observar como, sob certo ângulo, eles se apoiam em algumas das problematizações apontadas ao longo desse artigo. Para isso, destacaremos, talvez super-dimensionando, alguns traços presentes nos filmes, exagerando certos traços a partir do qual eles podem ser vistos, sem pretender que essa leitura seja a única possível. Apenas me interessa iluminá-la como uma indicação de uma percepção presente na opinião pública e que funciona como pano de fundo para toda a tematização da juventude no Brasil.

No filme “O que é isso companheiro” os personagens protagonistas da ação central são jovens de classe média que, no final dos anos 60, entrando para uma organização de esquerda clandestina, seqüestram o embaixador americano para forçar o governo brasileiro a soltar e deixar sair do país presos políticos (fato real ocorrido em 1969, documentado e relatado em livro por um dos integrantes da ação, no qual o roteiro do filme foi baseado)¹³.

¹² *O que é isso companheiro?* é um filme de Bruno Barreto, lançado em 1997; *Como nascem os anjos* é de Murilo Salles e foi exibido em 1996.

¹³ O livro, escrito por Fernando Gabeira, tem o mesmo título do filme e foi editado em 1979, pela Ed. Codecri.

No filme *Como nascem os anjos* os personagens principais do drama são duas crianças a caminho da adolescência (com cerca de 12 anos), moradores de uma favela do Rio de Janeiro, divididos entre a busca por uma inserção “normal” na sociedade (através do estudo) e o mundo do tráfico e da criminalidade; que se envolvem, meio sem querer, num seqüestro de um alto executivo de uma multinacional americana. Um menino que tenta se manter distante do universo do crime (pertencente a um núcleo familiar estável e freqüentando a escola regular) e sua maior amiga, que não tem esse tipo de inserção, e é namorada de um rapaz pertencente à quadrilha da favela onde moram. Esse rapaz, após um incidente com um dos chefes da quadrilha, tenta fugir para se estabelecer em outro lugar; na fuga, acompanhado pela menina, que acaba arrastando junto seu amigo, roubam um carro e vão para um bairro rico, onde pedem para usar o banheiro de uma mansão. O motorista do dono da casa, suspeitando de assalto, atira no rapaz que, revidando, o mata. O rapaz, muito ferido, decide entrar na casa e exigir que o executivo providencie curativo para o ferimento e meios para a fuga sem chamar atenção da polícia; logo depois fica desacordado, e são as crianças que têm de passar a dirigir a situação. A partir daí o drama se desenvolve em torno das tentativas dos meninos saírem da casa, sem serem presos pela polícia, e mantendo os moradores da casa como reféns.

São, como se vê, figuras juvenis totalmente diferentes, mas nos dois casos, trata-se de figuras emblemáticas para o período enfocado: jovens politizados nos anos 60, jovens pobres envolvidos com a criminalidade nos anos 90. E também nos dois casos, encarnam a face mais dramática da juventude do período: nos anos 60, a juventude em evidência eram os jovens de classe média, empenhados em propostas de mudança, tanto mudanças políticas como comportamentais e de valores: estudantes do ensino secundário e universitário, envolvidos nas suas entidades e manifestações públicas, e jovens envolvidos em movimentos culturais e contraculturais, hippies, “tropicalistas” etc. Os jovens que,

a partir do endurecimento do regime e do fechamento dos canais de participação democrática, se envolvem na guerrilha, vivendo na clandestinidade, fazendo ações armadas, sendo presos, torturados, exilados e muitas vezes mortos, são de fato, a face mais dramática dessa juventude genericamente vista como em busca de mudança.

Nos anos 90 as figuras juvenis mais em evidência são os jovens pobres que aparecem nas ruas, divididos entre o hedonismo e a violência: meninos de rua, jovens infratores, gangues, galeras, tribos; e, principalmente, jovens em “situação de risco” (risco para si próprios e para a ordem social), dos quais aqueles envolvidos no tráfico, matando e morrendo muito cedo, são uma das imagens mais dramáticas e ameaçadoras dos nossos tempos.

Figuras paradigmáticas em cada conjuntura histórica, mas também genericamente na construção social a respeito da juventude no Brasil, diametralmente opostas nas equações que se montam a respeito da exclusão e da cidadania e na formulação das esperanças e das angústias neles depositadas: numa ponta, os jovens estudantes politizados, idealistas e comprometidos com as causas sociais e políticas da sociedade; na outra, jovens carentes e envolvidos com o mundo da criminalidade. O interesse de fazer uma reflexão conjunta desses dois filmes, embora uma comparação possa, em muitos aspectos, parecer um pouco forçada, é enfatizar como há um ângulo comum pelo qual essas duas figuras opostas de nossa juventude são vistas.

É curioso notar que alguns elementos de enredo se repetem nos dois filmes: no centro da ação de ambos está o seqüestro de norte-americanos, embora o sentido dos seqüestros seja completamente diferente. E o seqüestro é um ato que provoca o pior dos horrores: é crime hediondo, e nas duas diferentes conjunturas históricas, por motivos e com sentidos completamente distintos, séries de seqüestros foram motivo de pânico e de violentas respostas policiais. Nos dois casos escolhidos para serem retratados nos filmes, a ação desencadeada pelos jovens é uma ação “criminososa” (embora uma seja um crime “político” e a outra um crime “comum”),

desencadeando a violenta resposta de aparatos policiais. Parodiando frase tristemente famosa, a questão dos jovens, no Brasil, parece ser sempre um caso de polícia.

Nos dois casos, também existe a figura de adultos (ou de pessoas mais velhas que os personagens centrais, mesmo jovens adultos com mais idade ou mais experiência, que já não têm uma postura ou não se identificam como jovens) que impelem os personagens juvenis às situações mais críticas. No caso do filme “Como nascem os anjos” é o rapaz envolvido no tráfico que joga as crianças na situação dramática, e é para salvá-lo que eles pioram cada vez mais a situação. No caso do filme “O que é isso companheiro”, há a figura do velho militante de esquerda e o outro militante, jovem ainda mas com uma postura totalmente rígida e já sem nenhuma identificação com a jovialidade (que todos os outros integrantes do grupo inicial conservam), que “vêm de São Paulo” para dirigir a operação do seqüestro, e que buscam imprimir uma “racionalidade política” (ou de guerra) à ação quase romântica e fantástica proposta pelos jovens, forçando-os, por exemplo, a negar critérios afetivos como os de amizade (ao indicar a lista dos militantes presos que deveriam ser trocados pelo embaixador) e a encarar “com naturalidade” — ou como imperativo lógico — a necessidade de execução, à queima roupa, do inimigo.

É nesse ponto que me parece que reside uma idéia comum aos dois filmes, e que se relaciona com a postura geral pela qual normalmente a questão da juventude é tratada na nossa sociedade. Em ambos, há uma mesma idéia subjacente, que é a dos jovens como vítimas das lógicas do sistema e, nesse sentido, manipulados pelo destino, ou seja, sempre heterônimos, nunca autores reais de suas ações. Embora os jovens sejam os protagonistas das ações que montam o drama, ações de alta intensidade e de profundos efeitos, está presente a idéia de que eles são como que impelidos a essa ação, pela lógica do sistema e pela lógica de instituições ou de atores que operam à margem ou contra o sistema. Nunca por sua própria lógica. Sujeitos incompletos, em suma,

ou incapazes de se tornarem sujeitos no sentido pleno da palavra.

No filme *O que é isso companheiro?*, os jovens são vítimas da lógica política instaurada na ditadura: o fechamento dos espaços institucionalizados de participação, o endurecimento da repressão a qualquer forma de organização e manifestação e de todo canal legal de proposição de mudança, joga os jovens insatisfeitos com o estado de coisas nos partidos clandestinos que propunham a luta armada. Uma vez nesse espaço, os jovens acabam aparecendo como vítimas da lógica da esquerda armada, que parece encerrada numa armadilha, isolada e tendente a ter de provocar ações cada vez mais extremas que, por sua vez, a vão isolando e encerrando cada vez mais o sentido das suas ações. Nesse esquema, os jovens que assumem essa posição, no filme, são retratados como jovens idealistas, desejosos de mudança, mas que acabam engulidos por essa lógica que lhes escapa (quando não manipulados por adultos com lógicas externas a eles).

Protagonistas de uma ação de alto impacto e intensidade, de tal forma que é quase inacreditável que jovens tão jovens pudessem tê-la levado a cabo, esta acaba ficando, em última instância, sem sentido; embora tenha, no plano mais imediato, sido um “sucesso”, pois eles conseguem efetivamente a troca dos presos políticos pelo embaixador, no plano mais profundo a sua iniciativa, que visava a denúncia do regime de exceção e a adesão popular à exigência da transformação das regras políticas instauradas pelo endurecimento da ditadura, se vê lograda — o final do filme acentua o isolamento dos jovens, sua decepção, o sentimento de estarem perdidos e de toda sua atuação ter sido, em certa medida, um sacrifício inútil: acabam sendo todos presos, torturados, alguns são mortos e outros vão para o exílio por força de outra operação da esquerda armada (outro seqüestro de embaixador). Dessa maneira, sua ação é quase uma ação inconseqüente, quanto ao fim último que eles pretendem, e seu idealismo acaba aparecendo quase como um desvario.

No filme *Como nascem os anjos*, os jovens são vítimas da lógica econômica-social, da desigualdade

de, da exclusão, do mundo peculiar que se monta nos morros cariocas, como um mundo à parte onde impera uma outra lógica, a lógica do tráfico, em guerra contra a sociedade institucionalizada. No meio desses dois fogos, os jovens moradores da favela são vítimas dessas duas lógicas conflitantes e complementares; as crianças se vêem compelidas a assumir o lado da marginalidade, meio por acaso mas quase como destino inelutável. Compelidas por que o tráfico e a marginalidade impõem padrões culturais e de valores que conformam a vida na favela, por que não há outras referências (no caso da menina), ou mesmo, quando o esforço do menino e da família se faz no sentido de construir um outro caminho, as chances de vivenciar experiências que os desviam desse caminho são enormes, quase inevitáveis. Mesmo que não estejam envolvidos em acontecimentos “delinqüentes”, a sociedade age como se assim fosse, levando os jovens a reagirem com respostas que os acabam conduzindo a o que se imagina a respeito deles. É uma lógica inescusável. Assim, crianças, mais ou menos inocentes (umas mais, outras menos), todas acabam envolvidas na execução de atos que não queriam, não previam, de que quase não têm consciência, sem ao menos entender como chegaram àquilo. Suas ações, assim, são ações desvairadas, fruto de armadilhas do destino, ou melhor, da lógica doentia instaurada nessa sociedade tão profundamente dividida. Ações, novamente, inconseqüentes do ponto de vista da racionalidade dos próprios sujeitos, ou melhor dizendo, das vontades das próprias crianças, e com conseqüências terríveis e desastrosas para si próprios e para os outros.

Nos dois casos, trata-se de ações inconseqüentes quanto a seus fins, ações que se voltam contra os próprios sujeitos que as executam, e ao mesmo tempo, contra a sociedade. Ações que significam risco para os jovens e risco para sociedade. Os jovens tornam-se, assim, fonte de medo e perplexidade. Mesmo se vistos com “simpatia”, como idealistas ou inocentes e como vítimas dos defeitos do sistema social.

É importante ressaltar que não se pretende

aqui negar a existência dessas dimensões apontadas nos filmes, nem a importância de discuti-las. Contudo, o que se busca desenvolver neste artigo é a observação de que a acentuação da atenção nas dimensões de vitimização e heteronomia frente às lógicas do sistema, acaba por manter invisível, e impensável, qualquer tipo de positividade das figuras juvenis.

* * *

O que me interessou ressaltar nesse breve elenco de anotações, é o fato de que, ao privilegiar o foco de nossa atenção sobre os jovens como emblemas dos problemas sociais, muitas vezes não conseguimos enxergá-los e entendê-los propriamente; e, como conseqüência, nos livrar de uma postura de desqualificação da sua atuação como sujeitos. Se os jovens que mais se aproximaram de uma atuação política reconhecida, como os militantes de esquerda dos anos 60, acabam por, ao fim e ao cabo, serem desqualificados como incapazes de uma ação com eficácia real, isso se acentua com os sujeitos juvenis de agora, atuando num plano comportamental e cultural sempre vizinho aos planos do hedonismo, por um lado, e da violência, por outro — e dessa maneira ajudando a compor a impressão geral de que a juventude hoje está confinada a proceder através de comportamentos de desregramento social.

Na conjuntura atual, dos anos 90, é muito presente e forte a imagem dos jovens que assustam e ameaçam a integridade social. Vítimas do processo de exclusão profunda que marca nossa sociedade e, ao mesmo tempo, do aprofundamento das tendências do individualismo e do hedonismo, se comportam de forma desregrada e amoral, promovendo o aprofundamento da fratura e do esgarçamento social que os vitima. Podem tornar-se, assim, junto com o medo, objeto da nossa compaixão e de esforços para denunciar a lógica que os constrói como vítimas e de ações para salvá-los dessa situação. Mas dificilmente como sujeitos capazes de qualquer tipo de ação propositiva, como interlocutores para decifrar conjuntamente, mesmo que conflituo-

samente, o significado das tendências sociais do nosso presente e das saídas e soluções para elas.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel, (1994). *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: ANPOCS/Scritta.
- BESSANT, Judith, (1993/94). Contesting models of youth policy. *Youth & Policy*, nº 43.
- EISENSTADT, S. N., (1976). *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva.
- FLITNER, Andreas, (1968). Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre juventude. In: *Sociologia da Juventude*, vol 1. Rio de Janeiro: Zahar.
- FORACCHI, Marialice, (1971). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.
- HALL, S., JEFFERSON, T., (1976). *Resistance through rituals*. Londres: Hutchinson and Co.
- IANNI, Octávio, (1968). O jovem radical. *Sociologia da Juventude*, v. 1. Rio de Janeiro: Zahar.
- PARSONS, Talcot, (1942). Age and sex in the social structure of the United States. *American Sociological Review*, v. 7.
- RODRIGUEZ, E., DABEZIES, B., (1990). *Primer informe sobre la juventud de America Latina*. Quito: Conferencia Iberoamericana de Juventud.
- ROSZAK, T., (1972). *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis: Vozes.
- SALES, Teresa, (1994). Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 25, p. 26-37.
- TELLES, Vera da Silva, (1996). As novas faces da cidadania. Introdução ao *Cadernos de Pesquisa do CEBRAP*, nº 4. São Paulo: CEBRAP, jul.